



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DISTRITAL DE IBATÉ
VARA ÚNICA
RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0000606-86.2015.8.26.0233**
 Classe - Assunto: **Embargos À Execução - Expropriação de Bens**
 Embargante: **Renato Adriano da Silva**
 Embargado: **Ministério Público do Estado de São Paulo**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Eduardo Cebrian Araújo Reis**

Vistos.

Renato Adriano da Silva opôs embargos do devedor em face do Ministério Público do Estado de São Paulo alegando, em síntese, que na fase de elaboração do título, embargante e Ministério Público conheciam a impossibilidade de cumprir as obrigações assumidas, porquanto o evento "programado com antecedência" não teria como ser cancelado. Sustenta, ainda que amarga prejuízo econômico diante das restrições impostas pelo embargado e que a multa imposta é desproporcional. Pede a revisão da multa para o valor que entende correto – R\$ 600,00.

Após a correta instrução da petição inicial, os embargos foram recebidos à fl. 49.

Manifestou-se o Ministério Público contrapondo as alegações do autor. Postulou a improcedência dos pedidos (fls. 51/53).

É o relatório. DECIDO.

Reconheço presentes os pressupostos processuais de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo. Concorrem no caso as condições da ação, como a legitimidade das partes, a possibilidade jurídica do pedido e o interesse processual. Também não vislumbro qualquer vício impeditivo de julgamento do mérito, estando ausentes as hipóteses dos artigos 267 e 295 do Código de Processo Civil.

O julgamento antecipado está autorizado, nos termos do artigo 330, inciso I, do Código de Processo Civil, sendo inócuo e despendioso produzir demais provas em audiência ou fora dela. Sabe-se que é permitido ao julgador apreciá-las livremente, seguindo impressões pessoais, tudo em conformidade com o princípio do livre convencimento motivado ou da persuasão racional, norteador do sistema processual brasileiro.

Nesse caso, temos em conta que: 1) os elementos de convicção acostados são suficientes ao deslinde da causa e hábeis a sustentar a linha decisória; 2) quaisquer provas adicionais careceriam de aptidão para modificar o dispositivo; 3) as próprias alegações de ambas as partes, ao delimitar os elementos objetivos da lide, fazem concluir pelo julgamento no estado em que se encontra o processo. Inclusive, ao julgar antecipadamente valho-me do poder de zelar pela rápida prestação jurisdicional, impedindo que *“as partes exerçam a atividade probatória inutilmente ou com intenções protelatórias”*, conforme leciona Vicente Greco Filho (Direito Processual Civil Brasileiro. Saraiva, 14ª edição, 1999, p 228).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DISTRITAL DE IBATÉ

VARA ÚNICA

RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Não se vislumbra a alegada desproporção da *astreinte* que acarretaria o alegado excesso de execução, uma vez que constam do título as estipulações com as quais o embargante, de forma livre e espontânea, aquiesceu.

Também não merece acolhimento a tese fundada na impossibilidade de cancelar o evento que ocorreu nos dias 09 e 10 de fevereiro de 2013 em razão da proximidade da data, aliada à prévia programação do evento. Subsiste, na hipótese, a manifestação de vontade externada, inexistindo, portanto, ilegalidade na conduta do embargado (CC, artigo 110).

Verifica-se, na verdade, o descumprimento preordenado do que se ajustou.

Posto isso, **JULGO IMPROCEDENTE** o pedido. Arcará o embargante com as custas e despesas processuais. Sem condenação em honorários advocatícios na espécie.

Certifique-se nos autos da execução.

P.R.I. Oportunamente arquivem-se.

Ibaté, 11 de agosto de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**